

Inobstante, no caso em apreço e demais envolvendo tratamento multidisciplinar para TEA, o melhor caminho é a transação extrajudicial, como vem sendo feito em casos semelhantes (processo-mãe, autorização SEI _____).

No que tange ao número de sessões, a Resolução Normativa n. 469, de 9 de julho de 2021, acatando o posicionamento majoritário nacional, alterou a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, determinando, assim, ser obrigatória a cobertura do número ilimitado de sessões de com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e/ou psicólogo para os pacientes com diagnóstico primário ou secundário de transtornos globais do desenvolvimento.

1.3. Tendo o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, por seu(sua) representante legal, concordado com os termos propostos pelo PRIMEIRO ACORDANTE (000036705645), o feito foi encaminhado à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, onde foi regularmente admitido, nos termos do art. 6º, inciso V, da Lei Complementar estadual nº 144/2018 (000038011271);

1.4. Nos termos do art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar estadual nº 144/2018, um dos objetivos da atuação consensual intermediada por esta Câmara consiste na redução de dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e no acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos superem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que se verifica no presente caso;

1.5. Nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual possui competência para "atuar em conflitos que versem sobre direitos disponíveis e sobre direitos indisponíveis que admitam transação, haja ou não pretensão econômica, envolvendo pessoas jurídicas de direito público e/ou de direito privado integrantes da Administração Pública estadual", tal como ocorre na presente controvérsia;

1.6. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da imparcialidade do(a) mediador(a), conciliador(a) ou árbitro(a), da isonomia entre as partes, da oralidade, da informalidade, da autonomia da vontade das partes, da busca do consenso, da confidencialidade, da boa-fé, da decisão informada na mediação e da garantia do contraditório na arbitragem, nos termos do art. 2º, da Lei federal nº 13.140/2015; do art. 2º, §1º, da Lei Complementar estadual nº 144/2018, e do art. 166 do Código de Processo Civil, todos contemplados nas tratativas mediativas desenvolvidas;

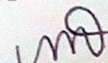
1.7. Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 144/2018, faculta-se ao(à) Procurador(a) do Estado a celebração de acordos, desde que a pretensão econômica não ultrapasse o valor de 500 (quinhentos) salários-mínimos, alçada devidamente observada na presente avença;

1.8. Considerando-se, por fim, que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, da efetividade, da eficiência, da economicidade e da vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente termo de acordo, observadas as condições abaixo:

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. As partes resolvem celebrar o presente acordo, comprometendo-se o PRIMEIRO ACORDANTE a disponibilizar ao(à) SEGUNDO(A) ACORDANTE sessões de **Psicologia – 10 vezes por semana – Abordagem ABA, Fonoterapia – 3 vezes por semana – Abordagem ABA, método Motricidade Orofacial, Boquinhos e Multigestos, e Terapia Ocupacional – 2 vezes por semana – Abordagem ABA e integração Sensorial, TOTALIZANDO 15 SESSÕES SEMANAIS**, conforme consta no relatório médico anexado aos autos (000031548503). Excluídos, no entanto, os métodos **Denver, Dir-Floortime, Prompt, Teach, Hanen e Pecs** por não terem comprovação científica e não estarem inseridas no rol da ANS;

2.2. Os genitores do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE concordam em receber treinamento para atuarem, eles mesmos, como assistentes no tratamento.



- 2.3. O(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, por seu(sua) representante legal, dá-se como plenamente satisfeito(a) em relação ao caso em tela, abrindo mão, com a celebração do acordo, de levar ao Judiciário a mesma controvérsia, bem como de demandar indenização por danos morais, restituições e honorários advocatícios.
- 2.4. O presente acordo abrange apenas a situação atual do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, sendo passível de revisão em face de ulteriores modificações de quadro clínico sugestivas de adequação do plano terapêutico.
- 2.5. Eventuais alterações (número de sessões, valor da sessão e terapias) poderão ser resolvidas mediante simples aditivo ao presente acordo, desde que existam evidências científicas de sua eficácia, efetividade e segurança, e que constem do rol da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- 2.6. Uma vez que as terapias e especialidades objeto do acordo sejam incorporados à tabela IPASGO, o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE deverá dar continuidade ao seu atendimento dentro da rede credenciada, exaurindo-se o objeto do acordo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA SELEÇÃO DOS PROFISSIONAIS, DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 3.1. Os profissionais que atenderão o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE serão definidos após a apresentação de 03 (três) orçamentos cotados por seu(sua) representante legal, escolhido o de menor valor, COMPROVADA a especialização definida ao tratamento.
- 3.2. Os orçamentos apresentados pelo(a) representante legal do SEGUNDO(A) ACORDANTE deverão estar em sintonia com os valores já cotados pelo PRIMEIRO ACORDANTE e preços praticado pelo Instituto em casos semelhantes (**limitação de orçamento de R\$ 180,00 a R\$ 200,00 por sessão de terapia**).
- 3.3. Caso os profissionais pretendidos pelos(as) responsáveis legais do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE ultrapassem os praticados no mercado (apontados no subitem anterior) e não aceitem reduzir o preço para adequem-se, o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE deverá ser remanejado a outro profissional que o atenda com valores compatíveis com a média mercadológica. Para esse fim, o PRIMEIRO ACORDANTE disponibilizará relação contendo outros profissionais que tratam seus usuários em casos semelhantes, em banco de dados a ser acessado e livremente escolhido pelos responsáveis; alternativamente, o(a) responsável poderá optar por custear, ele próprio, a diferença do preço praticado por seu profissional de preferência em relação ao preço de mercado;
- 3.4. Para fins de averiguação da segurança do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE e adequado emprego de recursos públicos, é imprescindível a comprovação da especialidade definida no tratamento, método, mediante apresentação dos documentos referidos no Anexo I.
- 3.5. Os documentos de comprovação da regularidade de inscrição do profissional, formação e especialização, além dos orçamentos iniciais, deverão ser encaminhados para o e-mail da terapiasgeaud@ipasgo.go.gov.br, para instrução dos autos e avaliação de conformidade.
- 3.6. Considerando a inexistência de profissionais especializados na rede credenciada, a cobertura será mediante depósito na conta bancária dos genitores do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE a cada 3 (três) meses, da importância referente a 3 (três) meses de tratamento, até findar o procedimento de contratação para fornecimento dos serviços solicitados ao tratamento. No entanto, a prestação de contas será mensal.
- 3.7. Os atendimentos que forem deferidos ao(à) SEGUNDO(A) ACORDANTE por ocasião desta demanda sofrerão cobrança de coparticipação, conforme previsto na lei de regência do IPASGO, ou seja, tal como ocorre nos procedimentos previstos na tabela de cobertura do Instituto.
- 3.8. O custeio mediante depósito bancário dos valores permanecerá até que seja realizada contratação e/ou credenciamento de profissionais aptos a atender pelo método ajustado dentro da rede

do Plano de Saúde, ocasião em que, havendo a disponibilização, o tratamento migrará para a rede credenciada.

3.9. O(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, por meio de seu(sua) representante legal, compromete-se a prestar contas até o 5º dia útil do mês seguinte ao do tratamento, mediante encaminhamento dos documentos solicitados pela auditoria e indicados no anexo II, os quais deverão ser encaminhados ao seguinte e-mail: terapiasgeaud@ipasgo.gov.br.

3.10. A prestação de contas envolverá declaração dos(as) adultos(as) responsáveis pelo(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE de que toda a carga horária está sendo cumprida nos moldes acordados; caberá ao(à) responsável relatar a rotina do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, indicando os horários em que entra e sai da clínica/profissional e sua adaptação à rotina de horários imposta.

3.11. Em caso de imposição de carga horária à qual o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE não se adapte, o relatório médico deverá ser revisto.

3.12. O(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, por meio do seu representante legal, fica ciente de que, constatadas inconsistências, será solicitada, por e-mail e/ou telefone, a correção, que deverá ocorrer nos 15 (quinze) dias seguintes. Não sendo possível sanar a inconsistência, o valor respectivo será abatido do próximo depósito.

3.13. O PRIMEIRO ACORDANTE se reserva o direito de comparecer *in loco* à clínica/consultório onde os serviços serão prestados e solicitar documentos para verificação do cumprimento da carga horária e da utilização da modalidade terapêutica acordada; eventuais faltas e inconsistências deverão ser RESTITUÍDAS E/OU COMPENSADAS COM FUTUROS DEPÓSITOS.

3.14. Após os 6 primeiros meses de tratamento, e sempre a cada 6 meses, a continuidade dos depósitos será condicionada à juntada de relatório médico da evolução do(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE e de sua adaptação à rotina de tratamento, bem como de manifestação profissional sobre a sustentabilidade da rotina terapêutica imposta a longo prazo.

3.15. Cabe à auditoria do IPASGO dar cumprimento à presente cláusula, iniciando o diálogo com os profissionais que atendem o(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE e os(as) responsáveis a respeito do teor do documento com a mesma periodicidade.

3.16. Nessa ocasião, as cargas horárias e terapias prescritas inicialmente deverão ser reavaliadas e, sendo o caso, revistas.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO

4.1. O presente ajuste importa em renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico;

4.1.1. O(a) SEGUNDO(A) ACORDANTE, por seu(sua) representante legal, dar-se-á por plenamente satisfeito, nada mais tendo de reclamar em juízo ou fora dele quanto a eventuais direitos decorrentes do objeto do acordo, abrangente de sua situação clínica atual;

4.1.2. Em face de ulteriores modificações de quadro clínico sugestivas de adequação do plano terapêutico, eventuais alterações poderão ser celebradas mediante aditivo ao presente acordo;

4.2. O descumprimento do acertado por alguma das partes implica na rescisão do presente acordo;

4.3. O presente acordo possui caráter intransferível, irrevogável e irretroatável;

4.4. A composição é negócio jurídico de direito material fundada unicamente na vontade das partes, sendo desnecessária sua homologação perante o Poder Judiciário;

4.5. O ajuste entabulado, com fundamento no artigo 16, §2º, da Lei Complementar estadual nº 144/2018, e no artigo 20, parágrafo único, da Lei federal n. 13.140/2015, constitui título executivo extrajudicial e, se homologado judicialmente, título judicial;

4.6. O presente termo de acordo será publicado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do artigo 33, Lei Complementar estadual n. 144/2018;

4.7. As controvérsias eventualmente surgidas quanto a esse acordo serão submetidas à tentativa de conciliação, mediação ou arbitragem no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual n. 144, de 24 de julho de 2018;

Diante do exposto, observados os preceitos legais atinentes ao caso e os elementos instrutórios do Processo SEI nº 202200022044963, firmam as partes o presente acordo.

Goiânia, 24 de fevereiro de 2023.

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás
Vinícius de Cecílio Luz
Presidente
(Assinatura Eletrônica)

Setor de Processos Contenciosos
Géssica Cruvinel Pereira Peixoto
Procuradora do Estado
OAB/GO nº 47.061
(Assinatura Eletrônica)

Mariana Queiroz do Carmo

Theodoro Queiroz Procopio
IPASGO ***361*.*.*
Mariana Queiroz do Carmo
CPF ***.761.181.*.*

Procurador(a) - Usuário
OAB/GO nº _____

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual
Giorgia Kristiny dos Santos Adad
Mediadora
OAB/GO nº 65.155
(Assinatura Eletrônica)

ANEXO I – DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DE ESPECIALIDADE

Enviar para: terapiasgeaud@ipasgo.go.gov.br

- A) Cartão de identificação profissional ou cédula de identidade profissional;
- B) Certidão de regularidade junto ao Conselho Regional;

C) Certificado de curso de aperfeiçoamento/formação em ABA e Reabilitação Neurológica emitido por instituição credenciada junto ao MEC ou por entidade que atende ao disposto na Resolução CNE/CES nº 1/2007.

ANEXO II – DOCUMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Enviar para: terapiasgeaud@ipasgo.gov.br

A) Nota fiscal ou recibo relativo aos atendimentos emitido mensalmente e;

B) Ficha de evolução diária com detalhamento da conduta utilizada na sessão, constando horário de início e fim do atendimento, carimbada e assinada pelo profissional e pelo responsável.

C) declaração dos adultos responsáveis pelo menor de que toda a carga horária está sendo cumprida nos moldes acordados; caberá ao responsável relatar a rotina da criança, indicando os horários em que entra e sai da clínica/profissional e a adaptação da criança à rotina de horários imposta.

D) Semestralmente, deve ser também apresentada:

D1: pelo médico prescritor: relatório médico sobre os avanços obtidos pela no semestre e sobre a sustentabilidade da rotina terapêutica imposta à criança a longo prazo.

D2 Pelos responsáveis: relatório sobre adaptação da criança à rotina de terapias criada.



Documento assinado eletronicamente por **GIORGIA KRISTINY DOS SANTOS ADAD, Procurador (a) do Estado**, em 01/03/2023, às 11:30, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS DE CECILIO LUZ, Presidente**, em 06/03/2023, às 14:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA FURTADO MAIA, Procurador (a)**, em 15/03/2023, às 10:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **45102472** e o código CRC **58189036**.

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL
RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED.
REPUBLICA TOWER - Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - (62)3253-8500.



Referência: Processo nº 202200022044963



SEI 45102472